

## A IMPORTÂNCIA DA SOBERANIA ALIMENTAR PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

### IMPORTANCE OF FOOD SOVEREIGNTY FOR HEALTH PROMOTION IN THE AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS

André Luis Ferreira Lima

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES  
[enxovedo@gmail.com](mailto:enxovedo@gmail.com)

#### RESUMO

Esse texto partiu de uma breve reflexão geográfica sobre a importância da Soberania Alimentar para a promoção da saúde dos beneficiários da Reforma Agrária. Considerando os princípios da multidisciplinaridade que oferece a ciência geográfica propomos aplicar informações da Questão Agrária a luz da Geografia Médica, buscando entender quais os fatores preponderantes para a promoção da saúde nos Assentamentos rurais espalhados pelo território brasileiro. O conceito de Geografia Médica defendido pelos pesquisadores Carlos S. Lacaz e Samuel Pessoa foi utilizado aqui como instrumento de reconhecimento dos fatores de risco para a saúde da população destes locais. Organizada a partir deste eixo reflexivo, a pesquisa visou compreender a natureza das relações de produção elegendo a soberania alimentar como uma das políticas fundamentais para garantir uma alimentação saudável para os assentados. O trabalho propôs ilustrar que o modelo de produção baseado na policultura e no respeito ao meio-ambiente é essencial para o equilíbrio homem/natureza, e que, o direito a intervir nos processos decisórios de produção e comercialização e consumo de alimentos enquanto síntese das relações econômicas e social é vital para o desenvolvimento humano das famílias assentadas.

**Palavras-chave:** Soberania Alimentar. questão agrária. Assentamentos. promoção da saúde. geografia médica.

#### ABSTRACT

This text came from a brief geographical reflection on the importance of food sovereignty for the promotion of the health of beneficiaries of Agrarian Reform. Considering the principles of multidisciplinary offering geographic information science we suggest to apply the Agrarian Question at the light of Medical Geography, seeking to understand which are the preponderant factors to the health promotion in rural settlements throughout the Brazilian territory. The concept of Medical Geography advocated by the researchers Carlos S. Lacaz and Samuel Pessoa was used here as a tool for identifying risk factors for the health of the population of these locations. Organized from this reflexive axis, the research aimed to understand the nature of production relations electing food sovereignty as a fundamental policy to ensure a healthy diet for the settlers. The text proposed to illustrate that the production model based on polyculture and respect for the environment is essential to the balance between man / nature, and that the right to intervene in the decision processes of production and marketing and food consumption while synthesis of relations economic and social is vital for human development of

**Keywords:** Food Sovereignty. agrarian question. Settlements. health promotion. Medical.

---

Recebido em: 09/01/2014

Aceito para publicação em: 10/07/2014

## INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura, no contexto do desenvolvimento sustentável, tem realçado o debate a respeito do sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos produzidos no campo. Da conjunção destes fatores é que se estabelece o conceito de Soberania Alimentar<sup>2</sup>. O direito que os povos do campo têm de decidir o próprio sistema produtivo muitas vezes tem se traduzido em conflito social, ao mesmo tempo em que a perda de autonomia envolvendo a cadeia produtiva é visível onde o grau de expansão do agronegócio se faz mais presente.

Encontramos na literatura crítica apontamentos que definem a dominação privada dos territórios como pilar para que as relações sociais no campo se tornem cada vez mais contraditórias.

Na medida em que se intensifica a exploração econômica sobre os territórios sob amparo das leis de mercado e do poder hegemônico das grandes corporações, o impacto sobre as populações locais não se reduz apenas ao cenário do capital *versus* trabalho. Além da homogeneização forçada das múltiplas identidades, o desaparecimento da Soberania Alimentar é nocivo para a promoção de saúde da população rural.

A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes e à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 25).

O alerta maior no desafio de garantir que as mudanças estruturais no setor agrícola respeite a diversidade cultural e o exercício da sustentabilidade esbarra em um dos maiores problemas anacrônicos do Brasil de cinco séculos, a má distribuição de terras. Assim, a Soberania Alimentar se introduziu como um elemento a mais na política de Reforma Agrária. Não se trata apenas de redistribuição de terras como forma de garantir um ambiente equilibrado, significando antes um mecanismo de democracia no bojo das relações da Questão Agrária.

A partir desta tendência, os Assentamentos rurais beneficiados pela política de terras deve estar associada à valorização das chamadas práticas sustentáveis no campo, baseada na diversificação de produtos e atividades rurais. Em outras palavras, o poder sobre o território como expressão da luta social dos trabalhadores do campo, deve contribuir para o fortalecimento dos valores culturais como forma de bem-estar social.

Há ainda um processo de fortalecimento da Reforma Agrária que tem como objetivo a re-inserção dos povos do campo com as suas experiências particulares e coletiva afim de que a lógica da ocupação se transforme em barreira a monocultura viciada e o uso de agrotóxicos nas lavouras. Nestas circunstâncias, o caminho da biodiversidade agrícola é um aposta concreta para a prevenção e/ou agravamento de doenças. Nas palavras de Crispim Moreira, representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO:

Sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis e inclusivos estão intrinsecamente ligados ao modo de vida da agricultura familiar/de pequeno porte e seus meios de produção porque geram trabalho produtivo para os jovens nas comunidades rurais. Por sua vez, se as iniciativas econômicas dos agricultores familiares progredirem de acordo com os padrões do comércio justo, será possível encontrar a chave para a erradicação da pobreza rural. A agricultura familiar é uma oportunidade de promover a

<sup>2</sup> Segundo La Via Campesina Internacional. É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental. Disponível em <http://www.mpabrazil.org.br/soberania>. Acesso: 30 de Jun. 2014

economia local, sobretudo quando combinada a políticas específicas de proteção social e bem-estar das comunidades<sup>3</sup>.

Scopinho (2010, p. 6) aponta que as heranças culturais trazidas para o assentamento, que estão sendo mantidas ou resgatadas como estratégias de cuidado com saúde na medida em que contribuem, de um modo ou de outro, para resolver os problemas de saúde.

A autora caracteriza os Assentamentos como território fundamental para a promoção da saúde dos povos rurais, portanto, a Soberania Alimentar é parte deste processo. Sem alternativa a prevenção, ou melhor, sem o compromisso com o desenvolvimento de ações que coloquem em pauta o respeito e o provimento adequado nos territórios ocupados pelos assentados, respeitando a Soberania Alimentar dificilmente será assegurado a saúde das populações locais.

Chamamos a atenção para outro fator importante no debate da Questão Agrária e a promoção da saúde nos Assentamentos. A modernização conservadora da agricultura no Brasil é entendida aqui como um fator que além de acarretar problemas econômicos, é responsável por reafirmar o domínio dos territórios por parte do capital agroindustrial. Isto quer dizer que o sistema de produção baseado na Soberania Alimentar está cada vez mais refém do capital. Produz-se o que o mercado exige. Estas questões, em última instância estão no embate da dieta alimentar, tendo em vista que a substituição da policultura pela homogeneização da lavoura compromete a diversificação de alimentos que vão à mesa das famílias rurais.

São muitas as monoculturas que se espalham pelo país através das chamadas fronteiras agrícolas, em destaque a cana-de-açúcar para a produção do etanol e açúcar. Cumpre ressaltar que o estímulo a pecuária extensiva contribuí também para a metamorfose do uso dos territórios. A criação de animais para o consumo não é exercício ignorado pelas leis que regem outras formas de produção econômica.

Carneiro (2014), estudando as condições de saúde das populações rurais evidencia que o estado nutricional está ligado a posse da terra, ao processo de trabalho e saúde (incluindo o uso de agrotóxicos), a morbimortalidade referida e as relações com os serviços de saúde. A partir destas considerações, entendemos que múltiplos fatores influenciam e interferem na promoção da saúde no campo, e que por isso as políticas públicas envolvidas na reforma agrária devem considerar todos eles.

### **QUESTÃO AGRÁRIA E GEOGRAFIA MÉDICA**

A proposta de analisar a Questão Agrária sob a ótica da Geografia Médica condiz com os princípios da multidisciplinaridade que oferece a ciência geográfica. Por este viés é que se procurou reconhecer a Soberania Alimentar na natureza das relações de produção como fenômeno intrínseco a promoção da saúde nos Assentamentos rurais. Tais reflexões brotam da necessidade de reafirmar o caráter de conservação e do desenvolvimento sustentável que as práticas do cotidiano rural têm para a vida local.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, saúde não se define apenas como ausência de doenças, mas entende-se que os estados do bem-estar físico, mental e social estão diretamente relacionados à promoção da saúde.

Nesta perspectiva, o debate da Questão Agrária perfaz um passo decisivo nos rumos da produção de alimentares no contexto das práticas sociais, ambientais e econômicas no campo. Outro ponto que aproxima do enfoque analítico proposto diz respeito a democratização do acesso à terra e aos bens da natureza para incentivar condutas que projeta à melhoria da qualidade de vida. Assim sendo, dessas relações que a Questão Agrária aponta no meio rural através do monopólio da terra, na concentração da propriedade e no uso do território para o desenvolvimento capitalista no campo é que a Reforma Agrária apresenta-se como proposta expressiva para garantir a Soberania Alimentar e a construção de alternativas de

<sup>3</sup> **Agricultura familiar comunitária: uma aliada na soberania alimentar e na luta contra a fome.** Entrevista concedida para O Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) em Nova York, em 22 de novembro de 2013. Disponível em <http://www.fao.org/family-farming-2014/news/news/details-press-room/pt/c/213471/>. Acesso: 28 de Jun. 2014

desenvolvimento para o meio rural anexado a saúde da população envolvida. Fernandes (2001, p. 23) explica que a Questão Agrária é:

O movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.

Esta linha de pensamento fundamenta que as relações de produção capitalista e todos os seus aspectos conjunturais no campo, criam métodos e atividades de caráter baseado na organização sistemática inerentes ao capital. Tais reflexões se completam com o debate apresentado por Prado Junior (1979) sobre a Questão Agrária no Brasil, considerando que a economia agrária do país é caracterizada pela concentração fundiária confrontando com a desigualdade na distribuição de terras. A partir destas observações, o autor atribui a baixa qualidade de vida dos trabalhadores rurais a razões históricas na formação do país, tendo em vista o modelo excludente e dependente adotado no campo brasileiro.

A Reforma Agrária está para além da construção de alternativas de desenvolvimento rural, bem como as expectativas relacionadas ao aumento da produção e a distribuição dos alimentos. Conforme o conceito de saúde foi abordado acima, é certo que o modo de vida e o ambiente socioambiental é causa e efeito para uma vida saudável. Ao lado desta imagem do rural, a Geografia Médica traz contribuições relevantes para o debate, ampliando possibilidades concretas de enfrentamento para o contexto apresentado. Nas palavras de Pessoa (1960, p.1):

A Geografia médica tem por fim o estudo da distribuição e da prevalência das doenças na superfície da terra, bem como de todas as modificações que nelas possam advir por influência dos mais variados fatores geográficos e humanos.

Enquanto os pesquisadores ligados a Questão Agrária tendem, por exemplo, a destacar as dimensões política-ideológica da Soberania Alimentar, os teóricos da Geografia Médica centram sua análises em torno da necessidade de compreender a Soberania Alimentar como instrumento para a promoção da saúde da população. Scopinho (2010, p. 3) observa que:

A saúde deveria ser o resultado de políticas econômicas e sociais voltadas para a equidade, que tanto possam garantir o acesso dos trabalhadores aos meios de produção, aos direitos sociais e aos bens de consumo coletivos quanto cultivar valores de justiça, equidade e organização política.

O termo Soberania Alimentar a partir daí adquire um significado maior com relação ao direito dos povos de decidir sobre a produção de alimentos, pois é parte componente do direito à saúde como autêntica reivindicação social. Nesta trajetória, a forte relação entre as práticas do cotidiano no espaço rural contemporâneo e a saúde dos trabalhadores sugere a possibilidade de diferentes enfoques geográfica sobre o mesmo fenômeno. Discutir a trama lógica que interliga este processos é inevitável para se traça novos caminhos sobre a realidade com potencial de superá-la.

## **ASSENTAMENTOS RURAIS PARA A SOBERANIA ALIMENTAR**

Os Assentamentos rurais têm como principal objetivo garantir a inserção dos trabalhadores rurais sem-terra no cenário econômico, político e cultural a partir da correção da estrutura fundiária, atendendo os princípios da justiça social e o aumento da produção de alimentos. Observa-se que este fenômeno começou a tomar corpo principalmente a partir do ano de 1985, quando o país recomeçou, ainda que a passos lentos, a caminhar rumo a democratização após duas décadas de regime autoritário.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 2013 existiam 8.952 projetos em uma área de 87,8 milhões de há com 1.258.205 produtores familiares no país. Nas palavras de Estevam (2010, p. 3):

As famílias assentadas têm o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnico-científico para repensarmos as nossas relações com a natureza e com os demais seres humanos, e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnico-científico do capital, estimulando a diversificação produtiva

modificando nossos hábitos e atitudes frente a natureza, e alterando nossos hábitos de consumo e de alimentação.

Partimos do pressuposto de que é na pequena agricultura o modelo atual de produção que garante uma oferta maior de alimentos as famílias rurais e que, as bases práticas que surgem a partir desta ação, promove a saúde das famílias assentadas.

De acordo com dados do IBGE (2006) a agricultura familiar responde pelos principais alimentos que chegam à mesa da população nacional. São 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo.

Entretanto, o setor enfrenta desafios contra os interesses do capital, que na dinâmica da produção agropecuária submetem os produtores a abandonar a policultura em substituição a monocultura em pequenos lotes. Straube (2008) chama a atenção para o arrendamento de áreas de pequenos e médios agricultores<sup>4</sup>.

Com base na informação acima, levantamos a hipótese de que os Assentamentos e o abandono das bases práticas da Soberania Alimentar deve gerar diversos problemas que afetam a saúde da população do local. Adentraremos aqui sobre o uso de agrotóxicos exigidos nas monoculturas e os danos à saúde sobre o território de vida.

A magnitude do impacto resultante do uso de agrotóxicos sobre o homem do campo, no Brasil, pode ser depreendida a partir dos dados do Ministério da Saúde. De acordo com estes dados, em 2003 houve aproximadamente 8.000 casos de intoxicações por agrotóxicos, dos quais 30% foram observados em áreas rurais<sup>14</sup>. Estes dados, entretanto, não refletem a real dimensão do problema, uma vez que os mesmos advêm de Centros de Controle de Intoxicações, situados em centros urbanos, inexistentes em várias regiões produtoras importantes ou de difícil acesso para muitas populações rurais. (MIRANDA; MOREIRA; CARVALHO, 2007, S/P).

Muito poderia ser aditado a este parecer sugerindo a necessidade de repensar os programas produtivos que são a base para o desenvolvimento dos Assentamentos, considerando-se que é a partir das rendas obtidas pela família do agricultor é que o plano de Reforma Agrária se concretiza.

Isto indica que as políticas públicas com o objetivo de garantir a Soberania Alimentar é fundamental para viabilizar a sustentabilidade econômica e socioambiental nos Assentamentos. Moreira (2007, p. 151) diz que:

A concepção hegemônica sobre a agricultura familiar não considera a possibilidade de progresso social ao setor a produção familiar no campo apoia-se na noção de agricultura de subsistência. Esse modo de produção familiar é próprio das elites brasileiras, e também está presente nos estudos sociais sobre a pequena produção.

Ao pensar nesta proposta, La Via Campesina (2008) traz apontamentos importantes para o debate, salientando que a Soberania Alimentar supõe a disponibilidade de créditos públicos para que os (as) camponeses (as) tenham a possibilidade de produzir e vender seus produtos a um preço justo, respeitando o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola.

Neste contexto, os impactos da perda da agricultura diversificada afeta diretamente a questão da alimentação dentro e fora dos Assentamentos. A base sólida da Soberania Alimentar não segue a lógica neoliberal cujo processo não tem contribuído para a manutenção ou resgate de práticas socioeconômicas sustentáveis e ecologicamente viável.

Klaus (2013) assinala que o controle do mercado pelas multinacionais determina o preço dos alimentos e, portanto, isso representa um risco gravíssimo para os pequenos agricultores. Esses são os principais elementos que põem em risco a Soberania Alimentar.

<sup>4</sup> “Precisamos implantar nosso modelo nos assentamentos”. Entrevista concedida em 18 de Fev de 2008 para o Jornal Sem-Terra, disponível em <http://www.mst.org.br/jornal/279/entrevista>. Acesso em: 30 de Nov. 2013.

Uma das alternativas políticas de enfrentamento que os Assentamentos têm adotado é dar visibilidade as práticas agroecológicas afim de que se possa reforçar junto a sociedade o importante papel socioambiental da Reforma Agrária e contribuir para erguer a autoestima dos trabalhadores rurais, reafirmando o compromisso com a Soberania. A Organização das Nações Unidas – ONU anunciou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar diligenciando a importância que este setor específico têm para promover o suporte adequado em matéria de direitos humanos, inclusive o direito a saúde.

Concluimos com a ideia de Hipócrates, considerado pela tradição como o “pai da medicina”, que já nos anos 460 a 377 aC associou os fatores alimentícios e o espaço geográfico aos estados de humores que estão expostos cada pessoa. O homem é parte da natureza e é a partir desse princípio que Hipócrates diz que os elementos da natureza agem sobre o homem influenciando em sua saúde, Santos (2010, p.44).

### **ALIMENTAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS ASSENTAMENTOS**

A formação dos sistemas alimentares de um povo é herança de fatores histórico e cultural juntamente a condições naturais tecidas ao longo dos séculos. No desenrolar dos acontecimentos, a variedade de alimentos e a mudança de hábitos nutricional contribuiu para o despontamento de novos paradigmas a saúde do coletivo.

O imperativo do suprimento nutricional projeta o homem ao desenvolvimento de técnicas que o fixem de forma inovadora ao lugar, adaptando-o de forma a garantir a satisfação das suas necessidades, em sintonia com a possibilidade de controle das fontes de alimentação (animais, vegetais e minerais), passo decisivo no processo de fixação dos grupos humanos, denominado Revolução Agrícola. Na agricultura, a relação homem-meio perfaz uma combinação espaço-temporal em que o ritmo do trabalho é ditado pelo tempo da natureza, fato que, no contexto do capitalismo avançado, confere à agricultura novos valores e significados. (JÚNIOR; VALÉRIO, p. 49, 2011)

Por conseguinte, as práticas alimentares saudáveis no contexto do desenvolvimento dos Assentamentos está intrinsecamente ligados ao modo de vida dos agricultores. Arriscamos em dizer que para o homem e a mulher do campo, o conceito de alimentação representa um valor maior se comparado a pessoa cidadina. Isto quer dizer que o alimento que consomem muitas vezes é produto direto do trabalho desenvolvido em seus lotes. Portanto existe um paralelo entre autonomia na produção de alimentos combinado a promoção da saúde nos Assentamentos. Nesta ocasião, a riqueza na diversidade do que se produz e vai à mesa das famílias corrobora para o equilíbrio nutricional dos indivíduos indispensáveis para uma condição de vida digna e o pleno desenvolvimento humano. Para Scopinho (2010, p. 5):

Os trabalhadores destacaram que a qualidade dos alimentos produzida no assentamento é boa porque eles não estão contaminados por agrotóxicos, hormônios e outros produtos químicos que a agroindústria utiliza para aumentar a produtividade e diminuir o tempo de produção. Nas cidades, além da escassez, que para eles está diretamente relacionada à impossibilidade de consumir devido ao alto custo, os alimentos disponíveis não têm boa qualidade por que não se pode confiar nos métodos de produção e nos prazos de validade dos produtos.

A baixa nutrição e os maus hábitos alimentares têm se tornando questão da saúde pública. Chama a atenção para o aumento da obesidade, hipertensão e doenças crônicas não transmissíveis na população.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO alerta que estas enfermidades estão entre as principais causas de morbidade e mortalidade no mundo. O consumo de alimentos processados se tornou o vilão de um mundo cada vez mais doente. E os Assentamentos não são oásis do estado perfeito a margem deste quadro. O consumo de alimentos industrializados tem aumentado cada vez mais entre os agricultores familiares, justaposto ao declínio das lavouras heterogênicas. Konrad constata que “a partir do momento em que tivermos essa conotação de que a saúde está em primeiro lugar, talvez mais pessoas passem a se dedicar à produção de alimentos in natura”. E claro, como se tem observado não serão as matrizes do agroindustrial as responsáveis por tais mudanças.

Como já demonstramos, o uso de agrotóxicos nas lavouras rompe com o equilíbrio ambiental e a sua utilização em larga escala é responsável por um grande número de mortes e doenças dos trabalhadores, do agravamento das condições de saúde da população que consome estes alimentos como aponta LUNA; SALES e SILVA (2014).

No ano de 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que o uso de agrotóxicos está atrás somente do esgoto sanitário como principal fonte de contaminação das águas no país, tendo em vista que está na posição primeira na lista dos países consumidores deste produto. Quanto estes índices tem contribuído para o aumento do câncer entre as populações ainda é uma incógnita. Todavia, as organizações de saúde alertam que a ingestão ou o contato com estes produtos químicos pode alterar a composição global da medula óssea dos seres vivos<sup>5</sup>.

Este modelo se intensifica a partir do pacote tecnológico da “revolução verde” e modifica estruturalmente a forma de produzir alimentos, com incorporação de maquinário e redução da força de trabalho, aumento de insumos químicos e tecnologias de controle dos ciclos biológicos vegetais e animais, cultivo de monoculturas em larga escala destinada principalmente para a exportação; além de aumentar a exploração direta e indireta do camponês e fragmentar o saber-fazer próprio de seu modo de produzir. (DAYRELL, 2000, p. 56)

Ao mesmo tempo, cresce a aplicação de agrotóxicos no Brasil em decorrência do aumento no uso de sementes transgênicas. Os danos dentro dos Assentamentos para a Soberania Alimentar é visível a partir do momento que os trabalhadores rurais se tornam reféns das patentes destes produtos geneticamente modificados. A principal empresa responsável é a estadunidense Companhia Monsanto, que no ano de 2013 anunciou a receita líquida de US\$ 14,9 bilhões<sup>6</sup>. Além de inibir o desenvolvimento local, as grandes corporações ao impor o pacote tecnológico dentro dos Assentamentos influem na sua organização sócio-espacial sob a forma e a escolha do que plantar, como plantar e em que condições comercializar.

Contratos abusivos” submetem os agricultores à dominação das corporações multinacionais. O contrato efetuado no momento da compra da semente “concede à Monsanto o direito de estabelecer mecanismos de controle nas propriedades dos agricultores, os compromete com enormes responsabilidades financeiras e estabelece os direitos que estes possuem em relação à semeadura, colheita e comercialização de sementes transgênicas. (ANDRIOLI; FUCHS, 2008, p.166)

Em geral, a produção em pequena escala não necessita do uso de “defensivos agrícolas”. Além disso, muitas vezes o saber popular é responsável pelo ecletismo das técnicas adotadas dentro dos Assentamentos para garantir a “saúde” dos alimentos. A preservação da biodiversidade botânica também é fundamental para a promoção da saúde dos assentados no que diz respeito ao uso popular de plantas medicinais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os desafios encontrados pelos pesquisadores empenhados com as questões contemporâneas do Brasil rural. Entender a necessidade da Reforma Agrária é o primeiro passo na busca de um projeto que vise mudanças para uma sociedade mais justa e democrática.

Os desafios lançados a partir da distribuição de terras vai além do processo de reorganização da estrutura fundiária. O passo seguinte é entender que as estratégias a serem adotadas para o desenvolvimento dos Assentamentos não se restringem à Questão Agrária, mas que os fins e os meios de um projeto de desenvolvimento coletivo em todos os níveis deve ser definidos por uma perspectiva ampla de gestão do território.

---

<sup>5</sup> Importante trabalho publicado pelo pesquisador Ferreira Filho intitulado **Alterações citogenômicas na medula óssea de trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos**. Nele, o autor avalia a presença de anormalidades cromossômicas em células da medula óssea e alterações do gene TP53 por FISH em trabalhadores rurais expostos a pesticidas.

Diante deste quadro é que tratamos a Soberania Alimentar como política de promoção da saúde nos Assentamentos.

Por conseguinte, não adotamos o critério romântico que muitos estudos assumem ao investigar o cotidiano dos Assentamentos como espaço de total harmonia entre as ambições sustentáveis a as práticas do cotidiano.

Antes acreditamos que as múltiplas relações que se materializam nestes locais são táticas de sobrevivência que as famílias adotam para enfrentar a dura realidade. O homem e a mulher do campo sabem bem a necessidade de uma alimentação diversificada e saudável para o a saúde das suas famílias.

Está claro que a Soberania Alimentar não é resposta para todos os problemas referentes a promoção de saúde nos Assentamentos. Existem outras dificuldades que limitam as condições de vida das famílias assentadas. O acesso deficitário ou a ausência dos serviços básicos de saúde como agentes de saúde, pré-natal e profilaxia de doenças são alguns dos incômodos vividos pelo coletivo. Porém, acreditamos que a Soberania Alimentar é a chave que interliga os muitos aspectos da saúde pública dentro e fora dos Assentamentos rurais.

## REFERÊNCIAS

MOREIRA, J. C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, v. 7, n. 2, 15 mar. 2002.

BARROS, B. Receita líquida da Monsanto sobe 10% em 2013. 2013. **Jornal Eletrônico Valor Econômico**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3291170/receita-liquida-da-monsanto-sobe-10-em-2013-para-us-149-bilhoes#ixzz369n1t4J>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

CARNEIRO, F. F. Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de bóias-frias. **Saúde Pública**, Brasília, v. 4, n. 42, p.753-763, 18 mar. 2008.

ESTEVAM, D. Setor de Produção do MST e cooperativas: “Precisamos implantar nosso modelo nos assentamentos”. 2008. Entrevista concedida em 18 de Fev de 2008 para o **Jornal Sem-Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/279/entrevista>>. Acesso em: 30 nov. 2013

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: Paulino, E.T.; Fabrini, J.E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: **Expressão Popular**, 2008. p. 273-301.

FILHO, L.I.P.F. Estudo das alterações citogenômicas da medula óssea de trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. 2013. 84f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Médicas). Departamento de Medicina Clínica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.

KONRAD, S. **Dos ultraprocessados aos alimentos**: resgatando a boa nutrição?: Há hoje uma pandemia, em que metade da população brasileira adulta tem excesso de peso. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/530554-dos-ultraprocessados-aos-alimentos-resgatando-a-boua-nutricao-entrevista-especial-com-signora-konrad>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

LACAZ, C. S.; BARUZZI, R.G.; SIQUEIRA JÚNIOR, W. **Introdução à Geografia Médica do Brasil**. São Paulo: Edgar Blucher Ltda. Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

LA VIA CAMPESINA: MOVIMIENTO CAMPESINO INTERNACIONAL (Brasil). **Movimentos dos Pequenos Agricultores**. As políticas da Via Campesina. 2010. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

MIRANDA, A. C.; MOREIRA, J. C.; CARVALHO, R. **Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil**. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000100002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 03 jun. 2014.

MOREIRA, C. **Agricultura familiar comunitária: uma aliada na soberania alimentar e na luta contra a fome**. 2013. Entrevista concedida para O Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) em Nova York, em 22 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/news/news/details-press-room/pt/c/213471/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2001.

PESSOA, S. B. **Ensaio Médico-Sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Guanabara, koogan S.A., 1960.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, F. de O. **Geografia médica ou Geografia da saúde? Uma reflexão**. 2010. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG32A-5.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2014

SCOPINHO, R. A. **Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural**. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700069&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700069&script=sci_arttext)>. Acesso em: 03 jan. 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar**: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007.